

# PF aponta uso de viaturas em esquema de garimpo ilegal e mesada a comandantes da PM do Pará

**Bens apreendidos durante Operação Cobiça – Foto: Reprodução/PF**

Dois oficiais da corporação e dois empresários foram presos preventivamente em operação deflagrada hoje na Região do Tapajós

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira uma operação para desmantelar um esquema de garimpo ilegal na região do Tapajós, no Pará, que contava supostamente com o apoio logístico e a segurança de oficiais da Polícia Militar do Pará (PM-PA). Um coronel e um tenente-coronel da corporação – chefes de batalhões de Itaituba (PA) – e dois empresários foram presos preventivamente. A PF também cumpriu mandados de busca e apreensão contra outros sete policiais, entre eles um major, um capitão, três sargentos e um cabo.

Segundo relatório da PF, os oficiais recebiam uma mesada da organização criminosa para ajudar no transporte e segurança do ouro ilegal e fazer vista grossa aos crimes ambientais. Os investigadores apontaram até o uso de uma viatura para retirar “o material” da estrada na região da Rodovia Transgarimpeira.

“Há um aparente desvio de policiais para atividades privadas da GANA GOLD MINERAÇÃO LTDA. (empresa investigada), a ponto de deixar um posto de patrulhamento com apenas três meganhas. Nota-se que até mesmo uma viatura estaria à disposição da empresa, caso ela não dispusesse de motorista particular que possa retirar o ‘material’ na entrada do São Domingos”, diz a

decisão judicial, obtida pelo GLOBO, que autorizou a operação.

Dono da Gana Gold e alvo de prisão preventiva, Marcio Macedo chega a conversar com um sócio sobre o pagamento a militares em mensagens interceptadas pela PF. “Eles deixam alguém para dar apoio dentro da mina, pagamento. Quantos policiais estão aí hoje?”, diz ele ao seu parceiro. Nomes de policiais também aparecem em planilhas de folhas de pagamento apreendidas pelos investigadores.

“A análise das mensagens (...) constatou que os gastos da operação irregular do empreendimento GANA GOLD, mais especificamente relacionados a mina de Itaituba, tinha todos os gastos planilhados e organizados, na qual surge o núcleo policial da ORCRIM (organização criminosa), com pagamentos periódicos a membros da Polícia Militar do Estado do Pará, no intuito de garantir a impunidade dos crimes ali cometidos”, diz a representação do Ministério Público Federal.

A defesa de Macedo afirmou que a prisão preventiva “afronta e desrespeita as decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região”. O advogado Renilson Garcia argumentou que um outro mandado contra ele já havia sido revogado pelo TRF1 em julho de 2022 sob os “mesmos fatos investigados”. “A empresa está com todas as suas atividades paralisadas desde abril de 2022”, completou o defensor, em nota.

Segundo a PF, há indícios de que o ouro comercializado pelo grupo vinha de áreas próximas à Terra Indígena Munduruku, que passa por uma operação de desintrusão em curso. Entre 2020 e 2021, o grupo investigado teve um rendimento de mais de R\$ 1 bilhão, conforme os investigadores. A operação foi batizada de “Cobiça”.

Os alvos são suspeitos dos crimes de lavagem de dinheiro, usurpação de bens da União e organização criminosa.

Fonte: Eduardo Gonçalves – Brasília e Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 30/11/2024/12:16:38

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog**  
**<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:**  
**<mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>**  
**<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato**  
**(93)98117- 7649 e-mai: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>**